

## ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CLASSES DE FÁRMACOS UTILIZADOS PELOS RESPONSÁVEIS NA AUTOMEDICAÇÃO PEDIÁTRICA

Caroline Oliveira Carvalho<sup>1</sup>  
João Vitor Cardoso Braga<sup>2</sup>  
Rebeca Vitória Teixeira de Santana<sup>3</sup>  
Thales Pinto Costa<sup>4</sup>

**RESUMO:** A motivação da automedicação pediátrica pelos responsáveis, como solução dos sinais e sintomas visando a não necessidade da busca em atendimento de serviços de saúde, não estando estes cientes muitas vezes das consequências que essa prática pode ocasionar na saúde da criança, até mesmo o mascaramento clínico de possíveis doenças. O objetivo deste estudo é compreender os fármacos predominantes na automedicação pediátrica por seus responsáveis, apresentando as classes farmacológicas prevalentes, as possíveis interações medicamentosas e reações adversas da prática, justificar o impacto socioeconômico e ratificar como profissionais farmacêuticos são fundamentalmente importantes na prevenção da automedicação pediátrica. Trata-se de um estudo de revisão narrativa da literatura, de natureza qualitativa. A pesquisa na literatura resultou em um total de 118 artigos. Destes, 45 foram excluídos por apresentarem duplicidade nas buscas, restando 73 estudos, dos quais 59 foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão, restando 14 artigos que abordaram os fármacos predominantes na automedicação pediátrica por seus responsáveis, as classes farmacológicas prevalentes, as possíveis interações medicamentosas e reações adversas da prática, o impacto socioeconômico e a importância dos farmacêuticos na prevenção da automedicação pediátrica. Este estudo possibilitou demonstrar a prevalência de crianças em uso de automedicação, bem como o desconhecimento dos riscos inerentes e uma prática comum realizada principalmente por mulheres pelos seguintes motivos: facilidade de acesso a medicamentos em drogarias, dificuldade em receber atendimento médico de profissionais de saúde e vulnerabilidade socioeconômica.

**Palavras-chave:** Automedicação. Prática. Pediátrica. Responsáveis. Fármacos.

<sup>1</sup>Acadêmico(s) do 8º período do curso de Farmácia da Universidade Salvador – UNIFACS.

<sup>2</sup>Acadêmico(s) do 8º período do curso de Farmácia da Universidade Salvador – UNIFACS.

<sup>3</sup>Acadêmico(s) do 8º período do curso de Farmácia da Universidade Salvador – UNIFACS.

<sup>4</sup>Acadêmico(s) do 8º período do curso de Farmácia da Universidade Salvador – UNIFACS.

**ABSTRACT:** The motivation of pediatric self-medication by guardians, as a solution to signs and symptoms, aiming at not needing to seek care at health services, as they are often not aware of the consequences that this practice can have on the child's health, even clinical masking of possible illnesses. The objective of this study is to understand the predominant drugs in pediatric self-medication by their guardians, presenting the prevalent pharmacological classes, the possible drug interactions and adverse reactions of the practice, justify the socioeconomic impact and confirm how pharmaceutical professionals are fundamentally important in the prevention of pediatric self-medication. This is a qualitative narrative review of the literature. The literature search resulted in a total of 118 articles. Of these, 45 were excluded for presenting duplicate searches, leaving 73 studies, of which 59 were excluded for not meeting the inclusion criteria, leaving 14 articles that addressed the predominant drugs in pediatric self-medication by their guardians, the prevalent pharmacological classes, the possible drug interactions and adverse reactions from practice, the socioeconomic impact and the importance of pharmacists in preventing pediatric self-medication. This study made it possible to demonstrate the prevalence of children using self-medication, as well as the lack of knowledge of the inherent risks and a common practice carried out mainly by women for the following reasons: ease of access to medicines in drugstores, difficulty in receiving medical care from health professionals and socioeconomic vulnerability.

**Keywords:** Self-medication. Practice. Pediatric. Guardians. Drugs.

## I INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a automedicação consiste na seleção e no uso de medicamentos dispensados de prescrição médica para tratar doenças autodiagnosticadas ou seus sintomas, entendendo-se como um dos elementos do autocuidado.

Com base nessa definição, podemos entender a motivação da automedicação pediátrica pelos responsáveis, como solução dos sinais e sintomas visando a não necessidade da busca em atendimento de serviços de saúde, não estando estes cientes muitas vezes das consequências que essa prática pode ocasionar na saúde da criança, até mesmo o mascaramento clínico de possíveis doenças. Pois as substâncias e preparações que tem efeito farmacológico terapêutico, podem também ser tóxicas, se forem ingeridas em doses elevadas.

Estudos afirmam que em média mais de 55% dos entrevistados praticam a automedicação em crianças, tentando evitar dessa forma a necessidade de procura por atendimento médico, devido a demora por atendimento, necessidade de deslocamento, entre outros motivos, acabam optando pelo que é mais conveniente para os mesmos (DOMINGOS et al., 2016).

As classes farmacológicas mais utilizadas nessa prática foram analgésicos, antipiréticos e anti-inflamatórios (52,9%)( LUCAS et al.,2016). Diversos fatores contribuem para essa prática inadequada como fatores socioeconômicos, políticos e culturais como o nível de escolaridade do responsável e a justificativa da ação. Por exemplo, já possuir o remédio em casa, aproveitar uma receita já prescrita, a influência das propagandas midiáticas e até mesmo por se automedicar e amenizar as queixas relatadas achando que possuem um conhecimento sobre tais medicamentos(PAIVA et al.,2017).

Diante da importância do tema, o objetivo dessa análise, é compreender os fármacos predominantes na automedicação pediátrica por seus responsáveis, apresentando as classes farmacológicas prevalentes, as possíveis interações medicamentosas e reações adversas da prática, justificar o impacto socioeconômico e ratificar como profissionais farmacêuticos são fundamentalmente importantes na prevenção da automedicação pediátrica.

## 2 METODOLOGIA

Trata-se de um Estudo de revisão narrativa da literatura, de natureza qualitativa. Conforme descreve Minayo (2012), o método qualitativo é adequado ao estudo de grupos delimitados, de histórias sociais, sob a perspectiva dos autores, e nas análises de discursos e de documentos. Desse modo, os dados foram coletados utilizando-se as bases de dados *Medical Literature Analysis and Retrieval System On-line* (MEDLINE) e *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS), *Public Medline* (PubMed), do portal da CAPES Periódicos e da biblioteca virtual *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Foram utilizadas os seguintes descritores: Automedicação, fármacos, crianças. As chaves de buscas foram desenhadas a partir de associações dos descritores com os operadores booleanos “OR” e “AND” os quais retornaram os artigos primários usados nesse estudo.

Os critérios de inclusão: Artigos que abordem os objetivos do presente trabalho; artigos publicados entre os anos de 2017 a 2022; artigos em português; artigos delimitados como revisão de literatura, estudos populacionais. Foram excluídos artigos, dissertações, teses que não atendam ao objetivo, questão norteadora e os que estiverem duplicados nas bases de dados (contabilizados apenas uma vez).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa na literatura resultou em um total de 118 artigos. Destes, 45 foram excluídos por apresentarem duplicidade nas buscas, restando 73 estudos, dos quais 59 foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão, restando 14 artigos que abordaram os fármacos predominantes na automedicação pediátrica por seus responsáveis, as classes farmacológicas prevalentes, as possíveis interações medicamentosas e reações adversas da prática, o impacto socioeconômico e a importância dos farmacêuticos na prevenção da automedicação pediátrica. O quadro 1 apresenta os principais desfechos encontrados nos artigos analisados.

**Quadro 1:** Resultados encontrados nos artigos analisados.

AUTOR/ANO	OBJETIVO	PRINCIPAIS RESULTADOS	CONCLUSÃO
Paim et al (2015).	Analisar as publicações científicas acerca do uso de medicamentos em crianças, sem prescrição médica.	O uso de medicamentos em crianças sem prescrição médica tem, na maioria dos casos, como objetivo aliviar sintomas iniciais como febre e dores leves.	É de extrema importância a criação de estratégias de promoção da saúde, que tenham como objetivo orientar e educar a população sobre o uso consciente de medicamentos.
Santos et al. (2015).	Avaliar o conhecimento e a motivação dos pais ou responsáveis na prática da automedicação dos seus filhos e as classes farmacológicas mais utilizadas.	A classe farmacológica mais utilizada foi a dos analgésicos, 83%, e xaropes para tosse, 75%. Em relação aos riscos e efeitos adversos, 63% afirmam possuir conhecimento e 94% dos responsáveis negaram casos de intoxicações por automedicação.	A classe farmacológica mais utilizada foi a dos analgésicos, 83%, e xaropes para tosse, 75%. Em relação aos riscos e efeitos adversos, 63% afirmam possuir conhecimento e 94% dos responsáveis negaram casos de intoxicações por automedicação.
Nogueira et al. (2015).	Avaliar e caracterizar alguns aspectos relacionados a automedicação em pacientes atendidos em urgência odontológica infantil em um centro de especialidades médicas e odontológicas.	A maioria dos entrevistados (67,2%) é favorável à automedicação e a reutilização de receitas antigas foi a forma mais utilizada para praticá-la (27,9%).	O estudo mostrou que a automedicação é exercida em larga escala pelos usuários do serviço, podendo levar à utilização de doses inadequadas ou a resistência aos antibióticos pelos pacientes.
Domingos et al. (2016).	Descrever o perfil das intoxicações que levaram à internação de crianças cadastradas no Centro de Controle de Intoxicações do Hospital Universitário	Foram registradas 694 internações por intoxicação, sendo os medicamentos os principais responsáveis (42,4%); a maioria das internações ocorreu na faixa	Os medicamentos foram o principal agente causador de intoxicações; entre as vítimas internadas, predominaram crianças de menor idade e

	Regional de Maringá no período de 2006 a 2011.	etária de um a quatro anos (66,7%).	do sexo masculino.
Lucas et al. (2016).	caracterizar a produção científica sobre a temática da automedicação na infância no período de 1998 a 2013.	As publicações analisadas descrevem a prevalência da automedicação na infância, o tipo de medicamento mais utilizado, o local de armazenamento dos medicamentos em domicílio, a forma de utilização desses medicamentos e os mediadores desta ação.	As publicações analisadas descrevem a prevalência da automedicação na infância, o tipo de medicamento mais utilizado, o local de armazenamento dos medicamentos em domicílio, a forma de utilização desses medicamentos e os mediadores desta ação. Destacam-se ainda os fatores motivacionais que induzem a prática da automedicação.
Paiva et al. (2017).	Explicar as principais causas de intoxicação medicamentosa em crianças e trazer medidas profiláticas a fim de diminuir os índices de internações e complicações a saúde relacionadas ao uso incorreto de medicamentos.	Os pacientes pediátricos são as principais vítimas, pois a automedicação juntamente com prescrições médicas inadequadas e a deficiência de pesquisas para o desenvolvimento de medicamentos próprios para sua faixa etária acabam acarretando em sérios prejuízos à saúde da criança, bem como em altos índices de mortalidade.	Os profissionais de saúde precisam estar em alerta quanto à questão, intervindo positivamente nos casos em que se verifiquem o uso irracional de medicamentos em crianças.
Belo;Maio; Gomes. (2017).	Avaliar a prevalência da automedicação em idade pediátrica, identificar os fármacos mais utilizados e as principais razões que conduzem à iniciativa de automedicação.	Os antipiréticos foram os fármacos mais utilizados (paracetamol em 84,7% e ibuprofeno em 53,1%), verificando-se grande variabilidade na dose administrada. Antitússicos/mucolíticos, antieméticos e antidiarreicos foram utilizados por 26% da amostra. As reações adversas decorrentes da automedicação ocorreram em 1,4% crianças e adolescentes.	É necessário informar os pais das consequências da automedicação indevida e instruí-los para uma prática responsável.
Klein et al. (2020).	Conhecer quais as práticas de automedicação dos cuidadores/familiares de crianças de 0 a 5 anos.	A maioria dos cuidadores/familiares já haviam praticado a automedicação, a medicação mais utilizada foi o paracetamol, o principal agravamento à saúde que levou a automedicação foi	A automedicação é uma prática comum, nessa direção a enfermagem em equipe interdisciplinar precisa realizar orientações individuais ou em grupos para os

		ripe/resfriado, a mãe é a principal cuidadora que realiza a automedicação. Utilizam métodos para facilitar administração dos fármacos.	cuidadores/familiares das crianças sobre os riscos dessa prática.
Souza et al. (2020).	Analisar o uso de medicamentos em crianças do nascimento ao primeiro ano de vida.	Os medicamentos mais utilizados foram paracetamol (85,1%), dimeticona (61,9%) e antianêmicos (40,1%). Os motivos para utilização foram, cólica abdominal, febre, dor, irritabilidade e vacinação.	Foi elevada a incidência do uso de medicamentos, considerando que parte dos sintomas descritos pelas mães podem ser contidos com terapias não farmacológicas. Ressalta-se a necessidade de ações para prevenir o uso indiscriminado de medicamentos para crianças.
Sousa et al. (2021).	Analisar quais os principais riscos que o uso indiscriminado de antibióticos pode ocasionar em crianças.	A prática e o acompanhamento de um pediatra, ou se não, alguém da área da saúde, há a capacidade de uma avaliação de forma adequada e legítima.	Muitos são os fatos que levaram ao entendimento que para que haja a diminuição do uso exacerbado de medicamentos, são necessárias políticas de saúde que orientem e conscientizem sobre as consequências que tais atos podem acarretar em uma criança, podendo esses desenvolverem problemas futuros para a saúde.
Renz;Silva; Suwa (2021).	Apresentar os riscos oferecidos pela automedicação de anti-inflamatórios em pacientes pediátricos, buscando descrever como ocorre o uso irracional de medicamentos em crianças e abordando os medicamentos antiinflamatórios mais prescritos para crianças, além de pontuar os medicamentos antiinflamatórios que mais ocasionam efeitos adversos em crianças e destacar a importância da Atenção Farmacêutica no uso racional de medicamentos e orientação adequada para o uso pediátrico.	A automedicação é uma prática que pode influenciar diretamente no agravamento dos sintomas da comorbidade e ocasionar feitos adversos no paciente pediátrico.	O uso irracional na administração e consumo dessa categoria de medicamento pode afetar a saúde do paciente pediátrico, onde se torna necessário a Atenção Farmacêutica e o acompanhamento médico especializado são fundamentais para a eficácia de um determinado tratamento.

Marim; Paschoa; Frias (2021).	Avaliar a automedicação de crianças em idade pré-escolar no município de Aparecida d'Oeste –SP. Para isso, foram realizadas entrevistas por meio da aplicação de questionários a 100 pais ou responsáveis por crianças de 0 a 5 anos.	Dentre os principais motivos de automedicação, o principal citado estava relacionado com a tentativa de alcançar o alívio de sintomas. Dentre os participantes, 92,6% buscam informações sobre os medicamentos com o farmacêutico, bulas, internet, parentes ou analisam prescrições anteriores.	A atenção farmacêutica aliada a ações educativas voltadas à população tornam-se uma ferramenta extremamente importante para o uso racional de medicamentos.
Alves; Magalhães; Júnior. (2021).	Identificar os fatores associados à prática da automedicação ocasionada pelos pais, os fármacos mais utilizados, os motivos e relatar a importância do uso racional de medicamentos.	Dentre os riscos da automedicação, podemos citar as intoxicações e a dificuldade de diagnosticar certas doenças devido ao fato de que alguns medicamentos podem mascarar sintomas importantes.	No Brasil, como na maioria dos países, os medicamentos são o principal agente de intoxicação. Eles correspondem a 27,86% dos casos registrados por ano, segundo dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico Farmacológicas (Sinitox). Do total de casos por intoxicação de medicamentos, crianças menores de cinco anos representam 35%.
Del-Ciampo, et al. (2021). <sup>14</sup>	Descrever frequência e justificativas para administração de medicamentos sem prescrição médica a crianças de até seis meses de vida e comparar seu uso entre duas faixas etárias.	Medicamentos sem prescrição foram administrados a 12 (22,6%) crianças, 5/31 (16,1 %) e 7/22 (31,8 %) dos grupos I e II (p > 0,05), respectivamente. Cólica foi a justificativa em 7/12 casos (58,3%). A maioria das recomendações medicamentosas proveio de funcionários das farmácias, 4 (33%), ou das próprias mães, 3 (25%).	Houve elevada frequência da administração de medicamentos sem prescrição médica às crianças. Cólica do lactente representou a maioria das justificativas. Trabalhadores de farmácias e a mãe orientaram sua administração. Faixa etária não foi importante para o início dessa prática.

Nos estudos foi discutido que no cenário brasileiro, a automedicação é uma prática muito comum que tem potencial para causar diversos danos à saúde da população, principalmente em crianças e que a decisão da pessoa de usar medicamentos sem prescrição constitui ato de automedicação e está associada ao uso de prescrições desatualizadas (DOMINGOS et al., 2016, PAIM; MULLER, 2015, LUCAS et al., 2016).

Os autores mostraram em seus estudos que as crianças geralmente são gravemente prejudicadas pela prática da automedicação, e sua prevalência pode ter algo a ver com o grande problema de saúde pública de acesso a cuidados médicos e que a prática da automedicação inclui uma variedade de maneiras pelas quais um responsável escolhe um medicamento e como administrá-lo sem procurar orientação médica para tratar doenças ou aliviar sintomas e que isso tem sido feito por meio da compra de medicamentos sem receita médica, compartilhamento de medicamentos com outros membros da família, uso de sobras de medicamentos de prescrições anteriores e desobediência às prescrições dos profissionais médicos (SANTOS; FREITAS; EDUARDO, 2015; BELO; MAIO; GOMES, 2017; KLEIN et al., 2020).

Quanto a faixa etária, nos estudos foi evidenciado que a automedicação tem atingido crianças menores de sete anos e está associada a reutilização de prescrições antigas em comparação às crianças com idade acima de sete anos e que quando ocorre o reaparecimento de sintomas, a mãe utiliza as sobras de tratamentos anteriores ou readquire com prescrições já existentes (DOMINGOS et al., 2016; KLEIN et al., 2020; FERREIRA et al., 2021).

Os estudos mostraram que a vulnerabilidade socioeconômica pode impactar no uso da automedicação, pois crianças que vivem em famílias sem recursos financeiros suficientes para custear a consulta médica e a compra de medicamentos são mais vulneráveis à automedicação por seus cuidadores, aumentando os riscos para a saúde da criança. Em contrapartida, quanto maior a escolaridade dos responsáveis, mais eles se sentem aptos e seguros para automedicarem suas crianças, bem como de fazer a escolha do medicamento que irá administrar, aumentando a vulnerabilidade da criança aos danos inerentes a tal prática (DOMINGOS et al., 2016; NOGUEIRA et al., 2015; SOUZA et al., 2020).

Foi apontado como problemática mais preocupante é fato de o tratamento ter sido descontinuado mostra que a capacidade de avaliar a presença dos sinais e sintomas de alerta, que os responsáveis acreditam existir, pode ser uma ação prejudicial que pode levar ao desenvolvimento de resistência e tolerância aos medicamentos (NOGUEIRA et al., 2015; PAIM; MULLER, 2015; RENZ; SILVA; SUWA, 2021).

A automedicação é ainda mais perigosa em crianças, devido à dificuldade da criança em expressar o que realmente está sentindo. Muitos medicamentos são coloridos e perfumados, o que pode chamar a atenção de uma criança, que pode usá-los quando um adulto não está presente. Além disso, muitos responsáveis fornecem medicamentos às

crianças sob o disfarce de balas, levando-os a acreditar que é inofensivo e pode ser consumido inadvertidamente, a despeito da possibilidade de causarem intoxicação se não forem usados nas doses corretas. A intoxicação acidental causada pela presença de medicamentos nas residências é outro ponto que merece destaque (LUCAS et al.,2016, RENZ; SOUZA et al.,2020, SILVA; SUWA,2021).

As intoxicações são perigosas porque o metabolismo das crianças é acelerado, o que aumenta a absorção e a ação dos princípios ativos da droga em seu organismo. Esses riscos incluem interações com outros medicamentos já em uso, efeitos adversos e intoxicações com custos relacionados à saúde, os quais podem atrasar ou complicar o diagnóstico e o tratamento adequado (DOMINGOS et al.,2016, PAIM; MULLER,2015, LUCAS et al.,2016,SILVA; SUWA,2021).

Quanto à motivação para a prática da automedicação, os estudos revelam que a falta de acessibilidade ao atendimento médico e a demora nas consultas ampliam esse comportamento. Além disso, os estudos examinados revelaram alto índice de desconhecimento dos cuidadores quanto aos riscos e malefícios causados pela automedicação. Diante disso, é imperativa a implementação de ações educativas para os responsáveis , com o objetivo de promover uma cultura de conhecimento sobre o tema porque, normalmente, as crianças que se automedicam crescem e se tornam adultos que continuarão a fazê-lo(SANTOS et al.,2015, PAIVA et al.,2017, KLEIN et al.,2020, ALVES; MAGALHÃES; JÚNIOR,2021).

Em se tratando dos responsáveis pela prática da automedicação em crianças, os estudos apontaram que as mães, por serem o adulto mais próximo e que passa mais tempo com o infante, automedicam seus filhos com vistas à resolutividade do problema de saúde. No entanto, é oportuno advertir sobre o risco de administrar um fármaco de maneira incorreta expondo a criança a reações adversas, efeitos colaterais, bem como ao atraso de diagnóstico de patologias importantes e desencadear resistência bacteriana (SOUZA et al.,2020,MARIM; PASCHOA; FRIAS, 2021, RENZ; SILVA; SUWA,2021).

Os estudos denotam a necessidade de o farmacêutico atuar na orientação e aconselhamento de forma clara acerca da administração de medicamentos sem prescrição. Nos estudos aqui analisados certifica-se que os conceitos da automedicação empregados são muito abrangentes, e grande parte deles adotou como conceito de automedicação a utilização

de medicamentos sem prescrição de algum profissional da saúde (PAIM; MULLER, 2015, SOUZA et al., 2020, DEL-CIAMPO et al., 2021).

No tocante aos medicamentos que mais foram administrados, os estudos mostraram que são os analgésicos, antitérmicos, expectorantes, antigripais, antibióticos e anti-inflamatórios não-hormonais, a maioria isentos de prescrição médica. Os analgésicos e anti-inflamatórios são os mais predominantes na automedicação de crianças e são responsáveis pela grande maioria dos casos de intoxicação. Além disso, houve uma unanimidade entre os autores e foi demonstrado que os três mais usados são: Paracetamol, Ibuprofeno e Dipirona (DOMINGOS et al., 2016, PAIM; MULLER, 2015, LUCAS et al., 2016, SILVA; SUWA, 2021).

Este trabalho evidenciou a necessidade de promover ações preventivas junto aos responsáveis, a fim de minimizar os efeitos nocivos causados pela automedicação e conscientizar os responsáveis por tais questões, a fim de evitar a ineficácia da terapia medicamentosa e garantir a segurança das crianças. Em relação aos desafios encontrados na realização desta revisão, nota-se a falta de acesso a alguns estudos. No entanto, estas limitações não impossibilitam os achados que revelaram que a automedicação em crianças consiste em uma prática muito frequente.

## CONCLUSÃO

Este estudo possibilitou demonstrar a prevalência de crianças em uso de automedicação, bem como o desconhecimento dos riscos inerentes e uma prática comum realizada principalmente por mulheres pelos seguintes motivos: facilidade de acesso a medicamentos em drogarias, dificuldade em receber atendimento médico de profissionais de saúde e vulnerabilidade socioeconômica.

Além disso, afirmou-se que a prática da automedicação representa um fator de risco para a ocorrência de problemas relacionados à medicação, pois substâncias administradas em crianças e dosagens incorretas têm o potencial de exagerar os sintomas e causar interações medicamentosas e reações adversas.

Por fim, evidenciou-se a necessidade da publicação de novas produções científicas que abordem os riscos e as consequências da prática de automedicação em crianças por seus responsáveis, as possíveis interações medicamentosas e reações adversas da prática, e a importância dos profissionais farmacêuticos na prevenção da automedicação pediátrica.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Jaqueline Carlan Marques; MAGALHÃES, Edivane Queiroz; JÚNIOR, Omero Martins Rodrigues. A automedicação infantil ocasionada pelos pais no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 15, p. e581101523443-e581101523443, 2021.

BELO, Nídia; MAIO, Patrícia; GOMES, Susana. Automedicação em idade pediátrica. **NASCER E CRESCER-BIRTH AND GROWTH MEDICAL JOURNAL**, v. 26, n. 4, p. 234-239, 2017.

DEL-CIAMPO, Ieda Regina Lopes et al. Administração de medicamentos sem prescrição médica a lactentes: um risco para acidentes. **Jornal Paranaense de Pediatria**, v. 22, n. 1, p. 1-5, 2021.

DOMINGOS, Samara Messias et al. Internações por intoxicação de crianças de zero a 14 anos em hospital de ensino no Sul do Brasil, 2006-2011. **Epidemiologia e serviços de saúde**, v. 25, p. 343-350, 2016.

FERREIRA, Elinne Maressa et al. OS riscos que o uso indiscriminado de antibióticos pode ocasionar em crianças: uma revisão bibliográfica. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 2, n. 11, p. e211901-e211901, 2021.

KLEIN, Kassiely et al. Automedicação em crianças de zero a cinco anos: práticas de seus cuidadores/familiares. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. e520974296-e520974296, 2020.

LUCAS, Eduardo Alexander Júlio Cesar Fonseca et al. A problemática da automedicação na infância. **Enfermagem Brasil**, v. 15, n. 2, p. 98-108, 2016.

MARIM, Fernando Auco; PASCHOA, Drielle Thainara Perez; FRIAS, Danila Fernanda Rodrigues. Automedicação em crianças em idade pré-escolar no município de aparecida d'oeste, são paulo. **Revista Univap**, v. 27, n. 55, 2021.

MARIM, Fernando Auco; PASCHOA, Drielle Thainara Perez; FRIAS, Danila Fernanda Rodrigues. AUTOMEDICAÇÃO EM CRIANÇAS EM IDADE PRÉ-ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE APARECIDA D'OESTE, SÃO PAULO. **Revista Univap**, v. 27, n. 55, 2021.

NOGUEIRA, Jorge Sá Elias et al. Automedicação em crianças atendidas em centro de especialidades odontológicas na Amazônia. **Revista da Associação Paulista de Cirurgias Dentistas**, v. 69, n. 4, p. 369-375, 2015.

PAIM, Roberta Soldatelli Pagno; MULLER, Ana Claudia. Uso de medicamentos em crianças sem prescrição médica: uma revisão de literatura. **Varia scientia-ciências da saúde**, v. 1, n. 2, p. 149-155, 2015.

PAIVA, A. et al. Impacto dos medicamentos nas intoxicações em crianças. **Revista da Universidade Ibirapuera, São Paulo**, n. 13, p. 8-16, 2017.

PAIVA, A. et al. Impacto dos medicamentos nas intoxicações em crianças. **Revista da Universidade Ibirapuera, São Paulo**, n. 13, p. 8-16, 2017.

RENZ, Lenice; SILVA, Andréia Ferreira; SUWA, Uziel Ferreira. Riscos associados à automedicação de anti-inflamatórios não esteroides em pacientes pediátricos: uma revisão sistemática. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 10, p. 97619-97630, 2021.

SANTOS, P. N. M.; FREITAS, R. F.; EDUARDO, A. M. L. N. Automedicação infantil: conhecimento e motivação dos pais. **Rev Multitexto**, v. 3, n. 1, p. 65-72, 2015.

SANTOS, Patrícia Nepomuceno Matos et al. Automedicação infantil: motivação e conhecimento dos pais. **Revista Multitexto**, v. 3, n. 1, p. 65-72, 2015.

SOUZA, Andressa Larissa Dias Müller et al. Uso de medicamentos em crianças menores de um ano. **Rev. Soc. Bras. Enferm. Ped.** | v. v. 20, n. 1, p. 31-9, 2020.